



TEORIA DO PROCESSO
Exame escrito/Época de recurso: 05.01.2021

Duração: 3 horas

Processo Civil

1. Na organização judiciária portuguesa, a que ordem jurisdicional compete julgar:

- a) Um crime cometido pelo Presidente da República no exercício das suas funções;
- b) Pedido de indemnização deduzido por um cidadão contra um município, por danos causados na sua casa por obras de reparação levadas a cabo pela autarquia no pavimento da via pública.

Justifique (**2 valores**).

2. Ao aproximar-se de um cruzamento, António, ao volante do seu automóvel, não respeitou o semáforo, que emitia luz vermelha. Consequentemente, a viatura de António atropelou Berta, que atravessava a via na passeadeira de peões localizada junto ao semáforo, e ainda embateu num automóvel, conduzido por Carlos, que circulava no cruzamento, com luz verde para si.

Na mesma ação, Berta e Carlos demandaram Segurança Máxima, S.A., a seguradora de António.

Berta pediu que Segurança Máxima, S.A. fosse condenada a pagar-lhe a quantia de € 25.000,00, a título de indemnização pelo sofrimento causado pelo atropelamento;

Carlos pediu que a seguradora fosse condenada a pagar-lhe a quantia de € 4.000,00, a título de indemnização pelo custo da reparação da sua viatura.

Questões

1.ª Do ponto de vista da pluralidade das partes, que figura processual ocorre neste caso?

Justifique (**2 valores**).

2.ª Imagine que, relativamente ao referido acidente, apenas Berta demandava Segurança Máxima S.A..

A Ré poderia provocar a intervenção em juízo de Carlos?

Justifique (**2 valores**).

3. Em 1963, citando alguns processualistas estrangeiros, o Professor Castro Mendes escreveu o seguinte:

“O direito natural processual orienta-se pela justiça, pela celeridade e pela economia; se a Justiça se tem de considerar o valor ideal dominante - «o processo para o Direito e para a Justiça», «o fim de todo o



processo é direito e justiça» - no entanto não se deve perder de vista que a justiça pronta é justiça dobrada (bis dat qui cito dat) e a justiça pronta e económica justiça mais perfeita ainda."

Em não mais de duas páginas manuscritas ou de uma página redigida em computador, comente a aludida frase à luz dos princípios pertinentes e de normas jurídicas relevantes do processo civil (**4 valores**).

Processo Penal e Processo de Contraordenação

4. Jornal de Notícias *online*, 21.01.2021:

«A PSP de Ovar deteve um homem, de 62 anos, desempregado, por incumprimento do dever de recolhimento obrigatório. O homem foi intercetado, numa rua de Ovar, a exercer a atividade de "arrumador de carros, não sendo, portanto, considerada uma exceção necessária e urgente para a circulação de pessoas na via pública, na atual fase do Estado de Emergência", justifica a PSP. "Tendo retorquido aos polícias que iria continuar naquele local a praticar a mesma atividade, foi-lhe dada voz de detenção".».

Considerando que os factos relatados nesta notícia se enquadram no crime de desobediência previsto no art. 348.º, n.º 1, do Código Penal, descreva as possibilidades de tramitação subsequente à detenção realizada. (**4,5 valores**)

5. Desenvolva de modo fundamentado o seguinte tema:

Reformatio in pejus e efeito meramente devolutivo da impugnação judicial à luz dos princípios aplicáveis ao processo de contraordenação. (**4,5 valores**)

Resolução Alternativa de Litígios

6. No fim de um processo arbitral, os árbitros proferem uma sentença que condena a demandada no pagamento da indemnização pedida pela demandante. A demandada que sempre recusou participar do processo, discorda da decisão. Está vinculada a ela? Justifique. (**1 valor**)

Importante: na realização do presente exame só é permitida a consulta de legislação. Esta deverá ser consultada apenas na sua versão simples (não é permitida a consulta de edições da legislação comentada ou anotada).